



Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA AO PROJETO DE LEI Nº 104/2022.

Autora: Vereadora Dandara Pereira César Leite Gissoni

EMENTA

Programa de Educação Sexual. Rede Municipal de Ensino. Município de Caçapava. Ilegalidade e Inconstitucionalidade.

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 104/2022, de autoria da Ilustríssima Senhora Vereadora Dandara Pereira César Leite Gissoni, que “Institui o Programa de Educação Sexual para os alunos da Rede Municipal de Ensino Público, e dá outras providências”.

Apresenta justificativa.

Considerando que a gestão administrativa, a organização dos serviços e a execução de atos do governo pertencem ao Poder Executivo, entende a Procuradoria Jurídica a matéria é de competência do Poder Executivo local.

A organização de serviços públicos e atribuições a órgãos e secretarias são de iniciativa do Poder Executivo.

Vejamos o Artigo 41, inciso II da LOM:

Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei que disponham sobre:

(...)

II - organização administrativa, orçamentária e serviços públicos;

Inciso alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 32/1997

(...)





Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

Vejam os art. 84, inciso VI, "a" da CF:

Art.84 Compete privativamente ao Presidente da República:

(..)

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

(...)

Nesse diapasão art. 47, incisos II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo:

Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:
(...)

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;

(...)

Em que pese ser louvável a propositura apresentada, infelizmente esta cria obrigações ao Poder Executivo no tocante à geração de despesas, desta feita, deixa de observar a LRF.

A Constituição Estadual nos esclarece:

Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos





Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

encargos.

Artigo 176 - São vedados:

I - o início de programas, projetos e atividades não incluídos na lei orçamentária anual;

(...)

Diante do exposto, considerando os substratos fáticos e jurídicos constantes deste processo, o parecer jurídico, o qual é **apenas opinativo**, é desfavorável quanto à legalidade e a constitucionalidade do projeto.

Este projeto deve ser levado à consideração das **Comissões de Justiça e Redação, Educação e Finanças e Orçamento**, conforme artigo 62 e seguintes do regimento Interno desta Casa.

É o Parecer, s.m.j.

Caçapava, 04 de outubro de 2022.

Luciana Aparecida dos Santos

Procuradora Jurídica

OAB/SP 244.712

